

Atos Oficiais

Leis:

LEI 6.523, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020. Dispõe sobre a criação do programa cultural 'O Teatro vai à escola' no âmbito da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Amaury Dias Pereira)

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado o Programa Cultural "O Teatro Vai à Escola", no município Estância Turística de Ribeirão Pires.

Art. 2º. O programa tem por finalidade a apresentação de peças teatrais nas escolas municipais, pelos menos uma vez por semestre, durante o período letivo.

§ 1º O programa atenderá os alunos da educação infantil e do ensino fundamental.

§2º Na seleção das peças teatrais a serem apresentadas nas escolas a administração municipal dará preferência a produções locais.

§3º Ao final das apresentações, serão realizadas palestras/oficinas, que poderão ser consideradas atividades pedagógicas.

Art. 3º. Para os fins do artigo anterior, a administração municipal poderá elaborar e distribuir, semestralmente, aos estabelecimentos de ensino envolvidos, material informativo com a programação específica.

Art. 4º. Nos meses de janeiro e julho de cada ano, o Chefe do Poder Executivo, constituirá comissão para elaborar e coordenar a programação do programa criado por esta Lei, que integrará o Calendário Oficial do Município.

Art. 5º. O Chefe do poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 09 de dezembro de 2020- 306º Ano da Fundação e 66º da Instalação do Município.

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA Prefeito

LIZ ITA DOTTA Secretária de Assuntos Jurídicos

FLÁVIA REGINA BANWART E SILVA Secretária de Educação

ANDERSON RODRIGUES GRECCO Secretário de Cultura

Processo Administrativo nº 49/2020 = CM - nº 5957/2020 -PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.530, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020. Autoriza Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre Município de Ribeirão Pires e o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires.

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre o Município de Ribeirão Pires e o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires – IMPRERP, no valor de R\$ 7.355.099,54 (Sete milhões trezentos e cinquenta e cinco mil e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos), com os acréscimos do artigo 2º, correspondente ao saldo consolidado das contribuições previdenciárias patronais vencidas no período de março/2019 a janeiro/2020, em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e consecutivas.

Parágrafo Único. Fica excluído do referido parcelamento toda e qualquer parcela referente à contribuição do servidor público descontado da folha de pagamento e não repassada ao IMPRERP.

Art. 2º Para a apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo índice INPC/IBGE, acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração e multa de 2% (dois por cento), nos termos do artigo 92, da Lei Municipal nº5.751/2013.

Art. 3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 18 de dezembro de 2020 - 306º Ano da Fundação e 66º da Instalação do Município.

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA Prefeito

LIZ DOTTA Secretária de Assuntos Jurídicos

ANTONIA CONSTANCIO Secretária de Finanças

PATRICK PAVAN Superintendente do IMPRERP

Processo Administrativo nº 288/2014 – PM; 046/2014 - Imprerp

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS**

O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Miguel Prisco, nº 288, Centro, Ribeirão Pires, SP, CEP 09400-110, inscrito no CNPJ sob o nº 46.522.967/0001-34, doravante denominado DEVEDOR, representado neste termo pelo Sr. _____, prefeito, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____ - SSP/SP, residente e domiciliado na rua _____ Ribeirão Pires, SP, CEP _____ e o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, Autarquia Municipal, instituída pela Lei Municipal nº 4.660, de 11 de dezembro de 2002, inscrito no CNPJ sob o nº 05.481.291/0001-09, situado na Avenida Fortuna, nº 135, Centro, Ribeirão Pires, SP, CEP 09400-320, neste ato representado pelo Sr. _____, Superintendente, portador do CPF nº _____ e do RG nº _____ - SSP/SP, residente e domiciliado na Rua _____, Ribeirão Pires, SP, CEP _____, doravante denominado CREDOR, com fundamento na Lei Municipal nº 5.751, de 23 de setembro de 2013, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires é CREDOR, junto ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires da quantia de R\$ 7.355.099,54 (sete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente às contribuições previdenciárias devidas e não pagas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, no que diz respeito à parte patronal das competências de março de 2019 a janeiro de 2020, incluindo a contribuição patronal incidente sobre o 13º salário, conforme planilha anexa à cláusula segunda.

Pelo presente instrumento o Município da Estância Turística de Ribeirão Pires confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento desde que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

Os valores originais referentes às contribuições da parte patronal das competências de março de 2019 a janeiro de 2020, incluindo a parcela do 13º salário estão discriminados:

CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

IMPRERP PATRONAL FUNDO PREVIDENCIÁRIO

COMPETÊNCIA	PREV. (A PAGAR)
COMP. 03/2019	569.192,24
COMP 04/2019	567.763,39
COMP 05/2019	616.369,87
COMP. 06/2019	606.980,74
COMP. 07/2019	622.081,62
COMP. 08/2019	613.840,59
COMP. 09/2019	619.239,81
COMP. 10/2019	620.399,64
COMP. 11/2019	633.807,91
COMP. 12 E 13 /2019	1.265.683,67
COMP. 01/2020	619.740,06
TOTAL	7.355.099,54

O montante de R\$ 7.355.099,54 (sete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos), após as atualizações previstas no artigo 92, da Lei Municipal nº 5.751/2013, serão pagos em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas.

A primeira parcela, vencerá em 28/12/2020 e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas na data fixada, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, as mesmas serão atualizadas pelo índice do INPC/IBGE, acrescido de juros de 0,5 % (meio por cento) ao mês ou fração e multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor atualizado, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida, objeto do parcelamento constante deste instrumento, é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa. Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Correção

Os valores devidos foram atualizados pelo índice INPC/IBGE, acrescido de uma taxa de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração e multa de 2% (dois por cento) incidentes sobre as contribuições não recolhidas devidamente atualizadas pelo índice retro, acumulados desde a data do vencimento até a data da assinatura do presente termo de acordo.

Parágrafo Único - as parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo índice INPC/IBGE, acrescido de uma taxa de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, incidente sobre as contribuições não recolhidas devidamente atualizadas pelo índice retro acumulados desde a data da assinatura do presente termo de acordo até a data do efetivo pagamento, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUARTA - Da Retenção

O DEVEDOR autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, e o repasse ao CREDOR na Agência 0869-9, Conta 38586-7, do Banco 01 (Banco do Brasil) referente ao Fundo Financeiro e Agência 0869-9, Conta 38587-5, do Banco 01 (Banco do Brasil) referente ao Fundo Previdenciário, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizado pelo índice INPC/IBGE, acrescido de uma taxa de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, na data do seu vencimento.

CLÁUSULA QUINTA - Da Rescisão

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se o DEVEDOR à sua cobrança judicial, atualizado pelo índice INPC/IBGE, acrescido dos juros de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, a contar da data da última parcela paga até a da inscrição da dívida, e honorários advocatícios.

CLÁUSULA SEXTA - Da Definitividade

A assinatura do presente termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Publicidade

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou fixação em mural.

CLÁUSULA OITAVA - Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca do Município Ribeirão Pires, São Paulo.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Ribeirão Pires, _____ de _____ de 2020.

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA

Representante Legal do Município

PATRICK PAVAN

Representante Legal da Unidade Gestora

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI Nº 6.531, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020. Autoriza a suspensão do recolhimento da contribuição patronal previdenciária, com vencimento entre 1º de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020, devida pelo Município de Ribeirão Pires ao Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires – IMPRERP, nos termos do §2º, do artigo 9º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e da Portaria nº 14.816, de 19 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, e dá outras providências.

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a suspender o recolhimento da contribuição patronal previdenciária, com vencimento entre 1º de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020, devida pelo Município de Ribeirão Pires ao Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP, nos termos do §2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e da Portaria nº 14.816, de 19 de junho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 18 de dezembro de 2020 – 306º Ano da Fundação e 66º da Instalação do Município.

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA Prefeito

LIZ DOTTA Secretária de Assuntos Jurídicos

ANTONIA CONSTANCIO Secretária de Finanças

PATRICK PAVAN Superintendente do IMPRERP

Processo Administrativo nº 2429/2020

Publicado no órgão da imprensa oficial.

Câmara:

ATO Nº 2881, de 18 de DEZEMBRO 2020. A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Fica suplementada, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a verba do orçamento vigente da Câmara Municipal, abaixo discriminadas:

Classificação Funcional	Natureza da Despesa	Descrição	Valor (R\$)
01.031.0002.2.0002	3.3.90.39.00	Outros Serv. De Terceiro – Pessoa Jurídica.	50.000,00
TOTAL			50.000,00

Art. 2º Para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada, parcialmente, as seguintes verbas:

Classificação Funcional	Natureza da Despesa	Descrição	Valor (R\$)
01.031.0003.2.0003	3.3.90.39.00	Outros Serv. De Terceiro – Pessoa Jurídica.	22.000,00
01.031.0004.2.0008	3.3.90.39.00	Outros Serv. De Terceiro – Pessoa Jurídica	14.000,00
01.031.0004.2.0009	3.3.90.39.00	Outros Serv. De Terceiro – Pessoa Jurídica	14.000,00
TOTAL			50.000,00

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Ato nº 2873 de 04 de dezembro de 2020 e as demais disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 18 de dezembro de 2020.– 66º Ano da Instalação do Município.

Vereador Archeson Pedroza Teixeira

Presidente

Vereador Jose Nelson de Barros

Vice-Presidente

Vereador Silvino Dias de Castro

1º Secretário

Vereador Edmar Donizete Oldani

2º Secretário

Vereador Arnaldo Pereira de Sousa

Vereador – 3º Secretário

Publicado no órgão oficial e na Portaria da Câmara Municipal.

Marco Aurélio Romaldini

Secretário Geral